

Camila Lacerda Pinto- Universidade Federal De Pelotas (UFPEL)

Jéssica Rodrigues Gonçalves- Universidade Federal De Pelotas (UFPEL)

Teixeira Costa- Universidade Federal De Pelotas (UFPEL)

ORIENTADOR

Jader Ribeiro Pinto- Instituto federal Sul Rio Grandense- Camps CAVG

(IFSUL-CVG)

COLABORADORES

Ernesto Álvaro Martinez- Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA)

Prof. Dr. Helvio Debli Casalinho- Universidade Federal De Pelotas (UFPEL)

José Ernani Schwengber- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
(EMBRAPA)

Zamir Cardoso- Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA)

RESUMO

Diante da crescente preocupação com a saúde humana e o meio ambiente, e por conseguinte, a mudança ocorrida nos mercados alimentares, o presente trabalho propõe-se a analisar quais os impactos econômicos e sociais dessa mudança; o crescimento da produção de alimentos orgânicos na região Sul do Rio Grande do Sul, a forma como vem atraindo produtores convencionais e ainda, quais as políticas públicas que contribuíram para com o avanço da produção com base agroecológica e o que falta para que seu avanço não cesse diante dos interesses capitalistas.

Palavras-chaves

Mudança nos mercados alimentares; produção orgânica na região Sul; políticas públicas.

ABSTRACT

Given the growing concern for human health and the environment, and therefore the changes in alimentare markets, this paper proposes to examine which economic and

social impacts of these changes; the growth of organic food production in southern Rio Grande do Sul region, how has attracted conventional producers and also which public policies that contributed to the advancement of production with agroecological and what remains to their advancement not cease before the capitalist interests.

Keywords

Changes in food markets; Organic production in the South; public policy.

INTRODUÇÃO

A agricultura orgânica, ou seja, livre de agrotóxicos, embora não seja a forma de produção convencional dos sistemas de produção agrícolas na modernidade e pós-modernidade, fora a primeira forma de produção agrícola do planeta terra. Com o processo de industrialização no século XVIII, advindo da Revolução Industrial e com a política de cerceamento e a institucionalização do direito de propriedade privada, muitos camponeses migraram para a cidade em busca de emprego nas fábricas.

Com o passar dos anos a produção agrícola familiar, foi dando espaço à produção em grande escala, bem como os trabalhadores braçais dando espaço ao maquinário agrícola. De forma que a produção já não priorizava a alimentação em si, e sim o lucro que se teria por meio desta, passando assim, a deixar de lado questões de preservação ambiental.

Como consequência dessa busca pelo lucro advindo da produção de alimentos, anos após a Segunda Guerra Mundial, a comercialização de agrotóxicos, vistos como eficientes defensivos agrícolas, tendo a origem de sua criação nas armas químicas, ganhou força. Assim como a comercialização de fertilizantes, que após o judeu Fritz Harber ter cientificamente ajudado a "transformar" nitrogênio em pão, sendo esse, responsável pela produção de amônia, a qual é utilizada na indústria de fertilizantes, foi ganhando força no mercado.

No Brasil o "boom" dos agrotóxicos ocorreu durante a década de 1970, no período em que o governo militar lançou o Programa Nacional de Defensivos Agrícolas, o PNDA, o qual garantia incentivos fiscais para a produção e instalação de fábricas, bem como financiamentos, benefícios tarifários para a importação de maquinário e equipamentos.

Embora o Brasil esteja entre os maiores consumidores de agrotóxicos e de adeptos aos transgênicos, tendo neste quadro a empresa Monsanto como grande responsável, a qual tem grande atuação em terras gaúchas; observa-se uma maior conscientização dos brasileiros, logo, dos gaúchos para questões referentes à qualidade de vida e preservação ambiental. Essa conscientização começa a ser observada a partir da década de 1980. Por conta dessa conscientização e maior exigência do consumidor em relação à qualidade do produto, tornou-se explícito uma maior oferta de produtos orgânicos e com o passar dos anos, essas cadeias começaram a aprimorarem-se, buscando meios para uma maior produtividade e diversidade, sendo que para isto muitos produtores deixaram o foco nas questões sociais e ecológicas em segundo plano.

Aqui na região Sul do Rio Grande do Sul o número de produtores orgânicos e de estabelecimentos especializados na culinária a base de produtos orgânicos, bem como lojas que comercializam produtos orgânicos têm tido um crescimento significativo nas últimas décadas.

Esse crescimento teve como um dos impulsionadores, políticas de incentivo e de reforma agrária, como no caso do governo Olívio Dutra (âmbito estadual), governo Lula e Dilma (âmbito federal) que fizeram com que a agricultura familiar e neste caso, com base agroecológica, ganhasse força para não sucumbir diante dos grandes latifundiários.

Hoje, constata-se um significativo aumento na produção orgânica no Brasil, como um todo, logo na nossa região Sul, a qual será abordada de forma mais específica; porém ainda há diversos entraves que comprometem sua expansão.

AS MUDANÇAS NOS MERCADOS ALIMENTARES

Com a conscientização ambiental avançando e por consequência, a contestação vista por meio de movimentos sociais em prol da preservação do meio ambiente em meados dos

anos 80, houve uma reconfiguração dos mercados alimentares. O consumidor começa, então, a desenvolver uma maior exigência e criticidade quanto à qualidade dos alimentos. Inicialmente houve uma construção de redes alternativas compostas de segmentos bastante específicos de produtores, consumidores e mediadores sociotécnicos; dando espaço às feiras-livres para produtos agroecológicos, grupos de consumo e responsável, os coletivos vegetarianistas, às associações e cooperativas de agroindustriais rurais familiares, as novas organizações ambientalistas voltadas ao consumo sustentável-ético-responsável e, até mesmo, aos recentes grupos voltados à promoção da agricultura urbana orgânica, do consumo local e dos alimentos tradicionais.

Neste viés, a demanda por produtos orgânicos teve um significativo crescimento nas últimas décadas, começando pelo continente europeu e se estendendo a outros continentes, como o nosso continente latino americano.

Em meados dos anos 80, em diferentes regiões do Sul do Brasil, novas formas de produção, processamento e circulação de insumos começaram a se desenhar. Buscando

Uma produção sem o uso de agrotóxicos e adubos de alta solubilidade, em cumplicidade com a natureza. Sendo via processamento de forma artesanal ou em pequena escala, sem contaminantes, a partir principalmente das experiências das mulheres agricultoras. Desta forma, foram criando circuitos de comercialização, os mais curtos possíveis, de forma a aproximar o produtor e o consumidor, bem como a divisão dos ganhos de forma justa. Visando a qualidade de vida e a solidariedade por meio do consumo.

A PRODUÇÃO ORGÂNICA NA REGIÃO SUL DO BRASIL

Segundo dados levantados pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), em 2014, a produção orgânica movimentou cerca de R\$ 2 bilhões e a expectativa é que em 2016 este número alcance R\$ 2,5 bilhões, segundo o setor. O mercado nacional de orgânicos espera crescer entre 20% e 30% no presente ano.

Esses produtos agregam, em média, 30% a mais no preço quando comparado aos produtos convencionais, de acordo com analistas do setor, porém a preocupação com a saúde e com o meio ambiente tem feito cada vez mais consumidores optarem pelos orgânicos. Segundo

Jorge Ricardo de Almeida Gonçalves, da Coordenação de Agroecologia Mapa, a formação de preços depende especialmente do gerenciamento da unidade de produção, do canal de comercialização e da oferta e demanda dos produtos.

“Normalmente, os valores dos orgânicos são mais elevados que os dos produtos convencionais por terem uma menor escala de produção, custos de conversão para adequação aos regulamentos e processos de reconhecimento de sua qualidade orgânica”, assinala Jorge Ricardo. Na sua avaliação, o produtor de orgânicos ainda carece de crédito diferenciado e de tecnologias e assistência técnica, além de infraestrutura e logística adequadas às características da produção e do mercado de orgânicos.

Em 2015, havia no Brasil 11.084 produtores no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, gerenciado pelo MAPA. O banco de dados é liderado pelos estados do Rio Grande do Sul (1.554), São Paulo (1.438), Paraná (1.414) e Santa Catarina (999). Como podemos observar, o estado do Rio Grande do Sul lidera o ranking de produtores cadastrados.

Diferentemente de algumas outras regiões, que se dispõem a produzir em grande escala, até mesmo para exportação como é o caso do café, cacau, castanha, dentre outros; a produção orgânica no Rio Grande do Sul, mais especificamente na região Sul, Pelotas e municípios vizinhos, por exemplo, a produção encontra-se focada em hortaliças, legumes e frutas. Fato que está relacionado ao fato dessas produções estarem ligadas à agricultura familiar, que na região, em termos de orgânicos, é maioria. O que falcita, de certa forma, a continuidade da agricultura orgânica de base agro ecológica. Podemos observar também uma alta procura, de certa forma até maior que oferta, por produtos com certificação orgânica, principalmente por produtos advindo de produtores de base agroecológica. O que acarreta um grande sucesso das feiras orgânicas, bem como o surgimento de estabelecimentos de culinária de base agroecológica.

Aqui na região Sul do Rio Grande do Sul, Pelotas e cidades vizinhas há atualmente cadastrados no antigo Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor e atual Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA), uma associação e três cooperativas; ARPASUL que conta com cerca de 30 famílias, todas feirantes e dentre elas 20 certificadas;

COOPERATIVA SUL ECOLÓGICA, com cerca de 250 famílias, dentre elas 100 certificadas; COOPERATIVA UNIÃO, com 100 famílias, dentre elas 10 certificadas e COOPAR que conta com 4.000 famílias e dessas apenas 2 possuem a certificação.

Além do CAPA, a produção orgânica da região conta também com o apoio técnico e científico da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), bem como com a Rede Ecovida de Agroecologia.

CERTIFICAÇÃO

Segundo o Art.2º da Lei 10.831, é considerado orgânico o produto da agricultura orgânica, seja ele in natura ou processado, aquele obtido em sistema orgânico de produção agropecuário ou oriundo de processo extrativista sustentável e não prejudicial ao ecossistema local.

Segundo o decreto 6.323, de 27/12/2008, em seu Art 2º, item III, a certificação orgânica é o ato pelo qual um organismo de avaliação da conformidade credenciado dá garantia por escrito de que uma produção ou um processo claramente identificados foi metodicamente avaliado e está em conformidade com a norma de produção orgânica vigente.

Sendo assim, a certificação consiste em um conjunto de procedimentos que envolve registros, análises, observações e pareceres visando a garantia de que determinado produto atende às normas, bem como se qualifica para receber a identificação especial, ou seja, o selo de produto orgânico. Esse processo de certificação ocorre de três maneiras: via auditoria, por meio de Organizações de Controle Social (OCSs) ou por sistema participativo de avaliação (SPG).

Na auditoria os procedimentos utilizados no processo de certificação devem obedecer aos critérios reconhecidos internacionalmente para organismos certificadores (ISO 65) e, além disto, seguir os critérios específicos definidos pela regulamentação brasileira sobre produção orgânica.

Já no SPG, o processo se dá por meio de grupos, sendo que nestes a transparência é

ampliada pela responsabilidade solidária. O SPG certifica especialmente associados de grupos, justamente por se tratar de uma certificação participativa.

A validação da garantia orgânica pelas empresas certificadoras e Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade (OPACs), permite que aos produtores certificados o uso do selo SisOrg (Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica) nos rótulos de seus produtos.

No caso da venda direta de produtos orgânicos advindos da agricultura familiar para o consumidor, para a merenda escolar, por meio do PNAE, ou para a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, no caso do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA), a certificação não é obrigatória. No entanto, é obrigatória a vinculação da família produtora a uma Organização de Controle Social (OCS). Neste caso não há possibilidade de exportação, por exemplo, apenas venda direta.

Sendo assim, é necessária a identificação do meio de certificação mais viável para o cada tipo de produção.

POLÍTICAS QUE COLABORARAM COM O CRESCIMENTO

Nas últimas décadas houve incentivos governamentais que colaboraram com o fortalecimento de produtores orgânicos, assim como, com a migração de produtores de cadeias produtivas convencionais para cadeias produtivas orgânicas. Dentre esses incentivos podemos citar alguns programas:

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF):

PRONAF Custeio: financia atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção própria ou de terceiros agricultores familiares enquadrados no Pronaf;

PRONAF Investimento (Mais Alimentos): financia máquinas e equipamentos visando a melhoria da produção e serviços agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas;

Microcrédito Rural: atende os agricultores de menor renda. Permite o financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias, podendo os créditos cobrirem qualquer atividade que possa gerar renda para a família atendida;

PRONAF Agroecologia: financia investimentos dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento;

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRPRONAF Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares: destinada aos agricultores e suas cooperativas ou associações, para que financiem as necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria ou de terceiros;

PRONAF Mulher: linha oferecida especialmente para as mulheres. Financia investimentos de propostas de crédito, independentemente do estado civil da mulher. Pode ser usado para investimentos realizados nas atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades no meio rural de interesse da mulher agricultora;

PRONAF Eco: investimento para implantação, utilização ou recuperação de tecnologias de energia renovável, biocombustíveis, armazenamento hídrico, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos, silvicultura e recuperação do solo;

PRONAF Agroindústria: financia investimentos, inclusive em infraestrutura, que visam o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agropecuária e não agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural;

PRONAF Semiárido: financia projetos de convivência com o semiárido, focados na sustentabilidade dos agroecossistemas, que priorizem infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não agropecuários, de acordo com a realidade das famílias agricultoras da região Semiárida;

PRONAF Floresta: financia projetos para sistemas agroflorestais, como exploração

extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas;

PRONAF Jovem: financia propostas de crédito de jovens agricultores e agricultoras com idade entre 16 e 29 anos. Os recursos são destinados à implantação, ampliação ou modernização de produção e serviços nos estabelecimentos rurais;

PRONAF Cota-Parte: financia investimentos para a integralização de cotas-partes dos agricultores familiares filiados a cooperativas de produção ou para aplicação em capital de giro, custeio ou investimento;

Assistência Técnica e Extensão Rural (ATAER)

É uma política pública que leva assistência técnica às propriedades rurais. Melhora os processos no trabalho e, conseqüentemente, a qualidade de vida dos agricultores. Funciona da seguinte forma:

As parcerias do MDA com instituições públicas estaduais e privadas, principalmente aquelas sem fins lucrativos, garantem apoio ao produtor desde o início da safra até a colocação do produto no mercado; As atividades de Ater são vinculadas à Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão rural e buscam aplicar conhecimento e tecnologia com a finalidade de aumentar a produtividade e a renda, o acesso as políticas públicas da população rural brasileira, respeitando as diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais do País.

Assistência Técnica para Assentados

Além de auxiliar na estruturação e melhoria da produção nos assentamentos, a prestação de serviços de Ater aos beneficiários da reforma agrária traz o benefício de outras políticas públicas, o PAA, o PNAE e o fomento do Plano Brasil Sem Miséria. A prestação desses serviços contará com investimento de R\$ 342 milhões em 2013, em benefício de quase 400 mil famílias. Outro compromisso assumido pelo Instituto é o de levar assistência técnica aos assentamentos que receberão os projetos de residência agrária com ênfase em

agroecologia. Dos 36 projetos selecionados em todo o País, 17 têm enfoque direto na agroecologia e pelo menos outros dez, como tema transversal;

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): garante o atendimento de populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promove a inclusão social no campo fortalecendo a agricultura familiar. Por meio do Programa, criado em 2003 e atualizado pela Lei no 12.512/2011, os órgãos públicos federais, estaduais e municipais podem adquirir os alimentos diretamente dos produtores. Agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais são beneficiados com esse programa que funciona da seguinte forma: A compra se dá mediante processo de dispensa de licitação. Os preços não devem ultrapassar o valor dos praticados nos mercados locais. Produtos orgânicos ou agroecológicos admitem sobre preço de até 30%.

O PAA é operacionalizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e executado com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em parceria com estados e municípios. Uma das modalidades do PAA, a Compra institucional, permite que estados, municípios e órgãos federais comprem alimentos da agricultura familiar por meio de chamadas públicas, com dispensa de licitação. Podem comprar as instituições que fornecem refeições regularmente, como hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários e refeitórios de entidades assistenciais públicas.

Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): Instituído pela Lei no. 11.947/2009, o Pnae prevê a compra de ao menos 30% dos alimentos provenientes da agricultura familiar para serem servidos nas escolas da rede pública de ensino. Visa a garantia de geração de renda para os agricultores e para o município, dinamizando a economia local.

A compra é feita por meio de chamadas públicas, com dispensa de licitação. O Programa possibilita a aquisição de alimentos da agricultura familiar.

Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNFC): Visa facilitar o acesso à terra e aumentar a renda dos trabalhadores rurais é o objetivo desse programa. O PNCF financia a aquisição de imóveis rurais não passíveis de desapropriação. Ele também prevê

investimentos em infraestrutura básica, estruturação da unidade produtiva e projetos comunitários de convivência com a seca no Semiárido e de recuperação ambiental.

O PNFC contempla trabalhadoras e trabalhadores rurais sem-terra, jovens rurais ou agricultores com áreas insuficientes para a produção (minifundistas).

O programa conta com duas linhas de financiamento:

- Combate à Pobreza Rural – para regiões e trabalhadores mais pobres;
- Consolidação da Agricultura Familiar – para agricultores familiares que desejam ampliar sua propriedade.

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2): é a segunda etapa de um programa amplo do governo federal para grandes obras de infraestrutura no País, promovendo desenvolvimento social e econômico.

Dentro do PAC, o MDA atua na entrega de retroescavadeiras e motoniveladoras, às prefeituras de municípios com até 50 mil habitantes não localizados em regiões metropolitanas. Além de caminhões-caçamba, caminhões-pipa e pás-carregadeiras para o Semiárido. Com isso, o Programa promove melhor escoamento da produção dos agricultores familiares e mais desenvolvimento e qualidade de vida na área rural.

Programa Terra Forte, que visa estimular e apoiar o incremento de renda nos projetos de assentamento por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiências e potencialidades locais. O programa destinará R\$ 600 milhões para financiamento dessas ações até 2016. O recurso é destinado ao financiamento de projetos de cooperativas e associações que visem à implantação e modernização de empreendimentos coletivos agroindustriais em assentamento da reforma agrária. Podem inscreverem-se entidades representantes de coletivos e associações de famílias de trabalhadores rurais assentados pelo Incra.

Apoiando agroindústrias, o programa busca aumentar a renda nos assentamentos da reforma agrária. São desenvolvidas atividades que valorizam as características regionais, experiências e potencialidades locais. Atividades não agrícolas, como turismo rural e

artesanato, também são promovidos pelo Programa. É bom para o desenvolvimento do assentamento e também para a economia do município, que ganha em diversificação da produção e geração de renda.

Funciona do seguinte modo: O suporte é dado por meio da elaboração de planos de negócios, pesquisas de mercado, consultorias, capacitação em viabilidade econômica, além de gestão e implantação, recuperação e ampliação de agroindústrias.

O PROCESSO DE CONVERSÃO

Conversão é o nome dado à mudança de processo de manejo do solo e de animais e se inicia pela suspensão total do uso de insumos sintéticos e sua substituição por insumos naturais e biodegradáveis renováveis pelo período necessário à “desintoxicação” da área. Enquanto a terra e os animais apresentarem vestígios de agroquímicos ou fertilizantes sintéticos, a sua produção não poderá ser considerada orgânica.

A recomposição da condição de fertilidade natural ocorre por repovoamento do solo pelos microorganismos responsáveis pela decomposição da matéria orgânica e suprimento dos elementos minerais necessários ao desenvolvimento da cultura pretendida. O tempo necessário para que esse processo se complete é relativo, uma vez que depende das condições originais do solo e do tipo de cultivo a ser realizado. No caso de culturas vegetais temporárias, o prazo oscila entre um e dois anos, chegando a três anos para culturas permanentes.

Aqui na região Sul o processo tende a ocorrer de forma gradual até chegar na conversão total.

CUSTOS DE PRODUÇÃO

Os custos de produção orgânica varia de acordo com a cultura e com o manejo. Há algumas culturas, como no caso das hortaliças, que tendem a ter custos fixos, variáveis a curto e longo prazo mais baixos e outras como o café, por exemplo, que tendem a ter custos mais altos.

Segundo especialistas, produzir organicamente pode ter um custo inicial de até 80% do

faturamento do agricultor, todavia, após dois ou três anos de cultivo, as perdas são revertidas em significativos ganhos. Ainda que os alimentos cultivados sem agrotóxicos, fertilizantes químicos e defensivos agrícolas fiquem sujeitos às intempéries climáticas e às pragas nas plantações, o manejo gradativo de técnicas agroecológicas de produção garante um solo rico e fértil por muito mais tempo do que no cultivo convencional, assim como a proteção à lavoura.

Outro fator importante a ser ressaltado no caso da região Sul do Rio Grande do Sul é o fato de que como a maior parte da produção orgânica é fruto da agricultura familiar, os custos fixos com mão de obra de trabalho, por exemplo, retornam para a própria família, uma vez que, os trabalhadores que recebem pelo serviço são membros da própria família. Além disso, aqui na região Sul trabalha-se muito com as feiras orgânicas, cuja comercialização de hortaliças é grande e estas, normalmente, são culturas que não apresentam grandes problemas fitossanitários, especialmente de pragas. As culturas de hortaliças tendem a conviverem muito bem com um grau de incidência de doenças, apresentando um nível de produtividade muito satisfatório.

PRODUTOS SEM UTILIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS X PRODUTOS ORGÂNICOS DE BASE AGROECOLÓGICA

Tendo em vista, o estrondoso crescimento da demanda por produtos orgânicos no Brasil e no mundo, as redes capitalistas de alimentos convenconais, logo criaram mecanismos para atender a essa demanda, o que por sua vez, proporcionou uma expansão da produção orgânica sem ser de base agroecológica. Fato que fica muito claro quando encontramos nas prateleiras de supermercados e franquias de fast foods produtos rotulados equivocadamente como "orgânicos", produzidos em grandes escalas que na maioria das vezes não apresentam preocupações com a preservação ambiental (em todos os aspectos) e com questões trabalhistas, por exemplo, ou seja, não têm como prioridade as questões sociais e ambientais.

A produção de base agroecológica, se dá não apenas sem a utilização de agortóxicos nocivos à saúde humana e animal, mas também de fertilizantes derivados de matriz energética do petróleo. São livres de fertilizantes sintéticos que contaminam o lençol

freático(nitratos) e que causam eutrofização de diversos mananciais pela presença, principalmente do elemento fósforo, assim como, livres de todas as práticas que causam poluição da água e do meio ambiente e contaminação do solo.

Segundo Altieri (2001, p. 18), “o objetivo é trabalhar com e alimentar sistemas agrícolas complexos onde as interações ecológicas e sinergismos entre os componentes biológicos criem, eles próprios, a fertilidade do solo, a produtividade e a proteção das culturas.”

Em síntese, o que diferencia uma forma de produção da outra são os princípios, que no caso da de base agroecológica preocupa-se primordialmente com a preservação do meio ambiente e com o bem estar social, isto é, com as questões sócio ambientais diferentemente da forma de produção que apesar de não fazer uso de agrotóxicos, utiliza elementos sintéticos, co caso dos hidrpônicos, por exemplo, ou trabalho semi escravo, por exemplo, no caso de produtos em grande escala.

DIFIULDADES ENFRENTADAS PELOS PRODUTORES

Além da situação precária das estradas, que dificultam o transporte e do difícil acesso à escola e atendimento médico, e conseqüentemente causam um problema de mão de obra; há outros fatores que dificultam a permanência do pequeno produtor, principlamente dos jovens, na agricultra de base agroecológica.

Há uma série de fatores que dificultam o avanço da produção de orgânicos, dentre elas: A diversidade de culturas durante todas estações do ano, uma vez que, há determinados alimentos que são típicos de determinadas épocas do ano. Pensando nisso, os produtores iniciaram a utilização de estufas que possibilitam o cultivo de culturas em épocas diferentes da característica, porém a produção orgânica protegida exige mais cuidados do que a de campo aberto. Em ambiente protegido (túnel ou estufa) as condições naturais de luz, temperatura, umidade do ar, ventilação, umidade e fertilidade do solo são consideravelmente alteradas propositalmente e gerenciada pelo agricultor. O conhecimento de cultivo a campo aberto torna-se requisito básico para que o horticultor aprenda a produzir na estufa. Essa técnica garante o produção de alimentos ecassos em algumas épocas do ano;

A proximidade de propriedades de culturas não orgânicas, que também apresenta riscos à produção orgânica. E por conta disso, deve-se respeitar limites mínimos de proximidade com culturas convencionais ou transgênicas para que fiquem imunes em relação à contaminação química. Darolt (2003), em citação a Higashi, lembra que os herbicidas utilizados para controle do mato nos sistemas convencionais apresentam um baixo peso molecular, tendo grande poder de difusão no meio ambiente podendo se deslocar por distâncias de até 30 Km, o que favorece a contaminação de propriedades orgânicas que não respeitam estes limites.

Visando garantir esse limite há uma determinação de que seja mantida uma distância apropriada de fontes de poluição e de possíveis influências prejudiciais a integridade da produção, bem como a proibição de armazenagem na unidade produtora de qualquer insumo impróprio ao cultivo de orgânicos são medidas regulatórias, constantes na Instrução Normativa 007/99 ou no regulamento CEE 2092/91, fiscalizadas pelas entidades certificadoras para controlar este risco;

Outro fator é o uso intensivo de mão de obra, principalmente no caso de pequenos produtores, que fazem com que os produtos orgânicos tenham custos comparativamente maiores que a agricultura convencional, e portanto alcancem preços ao consumidor relativamente maiores. E conseqüentemente, essa diferença de preços produz mais um risco à produção orgânica, sendo que a atração de produtores e distribuidores de má fé, maquiarem seus produtos com etiquetas de “alimentos naturais”, “alimentos saudáveis”, de forma a, muitas vezes, ludibriarem os consumidores.

CONCLUSÃO

Apesar de estarmos vivendo um processo de conscientização ambiental que desencadeou mudanças, reconfigurações positivas nos mercados alimentares. Constata-se que paralelamente a essas mudanças, há uma maior atenção de empresas capitalistas para o mercado de orgânicos, o que tem trazido um significativo crescimento de produtos orgânicos industrializados e produzidos em grande escala. Um fato que com um olhar comum poderia ser tido como positivo, uma vez que disponibiliza ao consumidor uma maior gama de produtos orgânicos; com um olhar crítico é visto como uma ameaça à

produção orgânica de base ecológica, uma vez que visam o lucro acima das questões sócioambientais.

Para que o mercado capitalista de produtos orgânicos não se sobressaia à produção agroecológica, torna-se necessário não apenas um maior investimento em conscientização sócioambiental, como, principalmente, uma maior atenção à infraestrutura na zona rural, ao contínuo investimento em maquinários agrícolas e em políticas públicas que progressivamente forneçam um maior incentivo à produção de base agroecológica e ao turismo ecológico; visto que melhorando a infraestrutura da zona rural, a qualidade de vida dos produtores e trabalhadores melhoraria, fato que contribuiria para a permanência dos trabalhadores, contribuindo assim, com a mão de obra; assim como, investindo em maquinários agrícolas diminuiria os custos com mão de obra e investindo em turismo ecológico, investiria-se na valorização e na preservação de áreas ecológicas.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ALLAIRE, G. **Quality in economics: a cognitive perspective**. In: HARVEY, M.; McMEEKIN, A.; WARD, A. (Eds.) *Qualities of food*. Manchester: Manchester University Press, 2004.

ALMEIDA, L. **Elementos para pensar a transição agroambiental: as lógicas da mudança técnica na agricultura familiar**. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 14, 2008.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia, a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001, (Síntese Universitária, 54).

DAROLT, Moacir Roberto. **A agricultura orgânica na América Latina**. Ponta Grossa (PR), 2001a.

MINISTÉRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica- Planapo**. Acessado via endereço eletrônico: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_19/BrasilAgroecologico .

SCHNEIDER, T. C. Comunicação, meio ambiente e alimentação: a construção de sentidos a partir de uma experiência de agricultura Paulo Andre Niederle 189| Século XXI, Revista de Ciências Sociais, v.4, no 1, p.162-189, jan./jun. 2014 ISSN: 2236-6725 urbana em Curitiba (PR). Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Curitiba: UFPR, 2014.